

CAMPANHA SALARIAL 2022

Patrões não avançam nas negociações

Em mais uma rodada de negociação, ocorrida nessa terça, 26, os patrões mantiveram a postura intransigente de negar as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, já havíamos salientado das dificuldades que encontraríamos na mesa de negociação nesse ano.

Diante de um cenário nacional de inflação alta, seja na ida ao supermercado, ou mesmo quando necessita comprar um medicamento, no custo do transporte, gás combustível, luz, água, o trabalhador tem sofrido com a carestia, fruto de um desgoverno que adota uma política geradora de desemprego e de rebaixamento da qualidade de vida. Cresce a inadimplência, onde o trabalhador não consegue quitar seus compromissos ao final do mês.

CAMPANHA SALARIAL 2022

Metálúrgicos (as)



Na rodada de negociação os patrões mantiveram a proposta da reunião anterior:

- Reajuste salarial sobre os salários de junho de 2022 em 8% (oito por cento), aplicados de duas vezes, 4% (quatro por cento) em julho de 2022 e 4% (quatro por cento) em outubro de 2022;
- Eliminação das cláusulas do Quinquênio/Triênio e da Parcela Rescisória Adicional;
- Adicionar na cláusula de "registro de ponto" a possibilidade de registro via REP-A. Aqui o trabalhador bate o ponto via computador. Manutenção das demais cláusulas da CCT.

O Sindicato recusou a proposta patronal e reiterou a pauta de reivindicações dos trabalhadores de:

- Reajuste Salarial pelo INPC/IBGE mais 5% de aumento real
- Piso Salarial Profissional
- Cesta Básica
- Plano de Saúde
- Proteção salarial ao egresso do INSS
- Combate a todo tipo de assédio
- Equidade de gênero e de raça
- Ultratividade
- Acordo aditivo a CCT para o setor de manutenção e montagem industrial
- Manutenção das conquistas da Convenção atual.

Afirmamos, mais uma vez, que o rumo do futuro de nossas vidas laborais é fruto da nossa integração e unidade. Não há mais espaço para indecisões e dúvidas, a Luta é entre o CAPITAL X TRABALHO. Venha junto-se a nós,

JUNTOS VENCEREMOS!!

Auxílio Brasil de R\$ 600 não está garantido em lei para 2023

Governo Bolsonaro chegou a cogitar possibilidade de prever valor de R\$ 400 para o benefício no orçamento de 2023.



Apesar de, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Desespero, o Auxílio Brasil ter sido definido em R\$ 600 de agosto a dezembro de 2022, foi cogitada dentro do governo Bolsonaro a possibilidade de fixar em apenas R\$ 400 o valor do benefício no orçamento para 2023, que será enviado ao Congresso até 31 de agosto.

A PEC do Desespero vem sendo criticada por seu caráter eleitoreiro: o governo Bolsonaro, que acabou com o Programa Bolsa Família, uma política pública permanente, encaminhou ao Congresso a proposta de reajuste do valor do Auxílio Brasil por caráter temporário, somente três meses antes da eleição.

A informação sobre a previsão do valor do benefício em R\$ 400 para 2023 foi prestada nesta segunda-feira (25) pelo secretário do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, acrescentando que, pela legislação, para o ano que vem não seria obrigatória a previsão para o pagamento do Auxílio Brasil.

Segundo Colnago, os R\$ 600 custariam de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões, valor que levaria à redução do orçamento disponível para as despesas discricionárias (não obrigatórias), deixando uma margem muito pequena para o orçamento destinado à manutenção dos órgãos públicos. Mais tarde, Bolsonaro afirmou que havia conversado com Paulo Guedes e que o valor para 2023 seria estimado em R\$ 600.



Queda no poder de compra

Contudo, com a carestia dos alimentos, mesmo os R\$ 600 já não são suficientes hoje para comprar a cesta básica em quase todas as capitais brasileiras. De acordo com os cálculos do Dieese, com base na cesta mais cara que, em junho, foi a de São Paulo, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 6.527,67, ou 5,39 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00.

Leia também: Auxílio Brasil de R\$600 é eleitoreiro e só dura até dezembro

Se comparado ao Auxílio Emergencial de dois anos atrás, que era de R\$ 600, o Auxílio Brasil vale menos, descontada a inflação do período, que foi de 20,7% de abril de 2020 a junho de 2022. Isto significa que, para manter o mesmo poder de compra, seriam necessários hoje R\$ 725.

E vem aumentando a expectativa dos analistas para a inflação em 2023, o que significa que a perspectiva é de redução ainda maior no poder de compra dos brasileiros. Segundo o relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira (25) pelo Banco Central, a previsão para 2023 subiu de 4,91% há 4 semanas para 5,20% há 7 dias e para 5,30% hoje. É a 16ª semana seguida de alta na projeção para a inflação do próximo ano.

Fonte: vermelho.org.br

Desafios da conjuntura e o compromisso com a mudança

O cenário internacional se mostra cada vez mais desafiador, com a continuidade da guerra na Ucrânia e os impactos nos preços internacionais e na atividade econômica mundial. As cadeias produtivas, já desorganizadas/reorganizadas com a pandemia, sofrem novos impactos e contribuem para a aceleração da inflação e a desaceleração do crescimento econômico em praticamente todos os países. Contudo, as formas como cada país lida com essa conjuntura variam conforme os instrumentos de Estado e a disposição de governo.

No Brasil, a privatização da Eletrobras

e o progressivo desmonte da Petrobras, aliados a uma política de elevação de juros, tende a aprofundar os impactos negativos do cenário internacional, e não a atenuá-los. A estratégia de combater a inflação contraindo a atividade econômica só leva à recessão, ao desemprego e à fome.

Na pauta de reivindicações de 2021, 88%

das greves incluíram itens de caráter defensivo⁵. As menções à manutenção de condições vigentes e ao descumprimento de direitos ocuparam proporções muito semelhantes (51% e 50%, respectivamente). O balanço de greves do DIEESE, referente a 2021, aponta a ocorrência de 721 greves, número um pouco acima do verificado em 2020 e bem abaixo do que se verificou entre 2017 e 2019, quando as paralisações chegaram a superar o patamar de 1.500 ao ano. Ou seja, em 2021, com a deterioração acentuada das condições de vida, elevado desemprego queda de renda e inflação crescente, as greves apresentaram dominância de pautas defensivas, diante de um ambiente de relações de trabalho deteriorado.

O debate eleitoral foi antecipado

em muitos meses e as ações sindicais refletem a mobilização visando fazer prevalecer a Agenda da Classe Trabalhadora nas eleições de outubro, já entregue aos principais pré-candidatos. Além disso, em 2022, as entidades sindicais têm buscado antecipar as negociações coletivas das databases do segundo semestre e garantir ao menos recomposição da elevada inflação, coordenando forças para reconstruir possibilidades de crescimento do emprego e da renda, com o reforço de candidaturas comprometidas com a Agenda da Classe Trabalhadora.

Fonte: Dieese